CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da 975ª

Sessão de 24/5/2016

USP

975ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Alessandro Hirata (decano da FDRP), Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Ana Campa, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Lofredo, André Simmonds de Almeida, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos Hernandes, Antonio Carlos Marques, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Alberto Moro, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Cleber Renato Mendonça, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Daniel Torres Guinezi, Dante Pinheiro Martinelli, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Douglas Rogério Anfra, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Elisabeth Mateus Yoshimura, Evaldo Antonio Lencioni Titto, Fabiana de Oliveira, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando Luis Medina Mantelatto, Frederico Pereira Brandini, Gabriella da Silva Luz, Germano Tremiliosi Filho, Gilberto Fernando Xavier, Hélio Cesar Salgado, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Jackson Cioni Bittencourt, Jairo Kenupp Bastos, Janina Onuki, Jean Paul Walter Metzger, Junior Barrera, Joaquim José Martins Guilhoto, José Alfredo Gomes Arêas, José Antonio Visintin, José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci, José Sérgio Fonseca de Carvalho, Julia Machini de Miranda, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodré Júnior, Léa Assed Bezerra da Silva, Lucas Rossi de Siqueira e Neves, Lucas Santos Sorrillo, Lúcia Pereira Barroso, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Maisa de Souza Ribeiro, Marcela Silva Carbone, Marcelo de Andrade Romero, Marcelo Urbano Ferreira, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira Martins, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Isabel da Silva Leme, Maria

Madalena Januário Leite, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Oswaldo Baffa Filho, Paula Mikami de Souza, Paulo Cesar Fonseca Giannini, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Nelson Filho, Paulo Roberto Pereira Santiago, Pietro Ciancaglini, Rodney Garcia Rocha, Rubens Beçak, Sérgio França Adorno de Abreu, Sérgio Persival Baroncini Proença, Silvana Martins Mishima, Silvio Moure Cícero, Silvio Roberto Farias Vlach, Simone dos Santos Pereira, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tirso de Salles Meirelles, Tito José Bonagamba, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento e Waldyr Antônio Jorge. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Elice Natália Botelho, Fabiano Guasti Lima, Fábio de Salles Meirelles, Gabriel Maurílio Colombo de Freitas, Leny Sato, Marcos Egydio da Silva, Maria Tereza Nunes, Matheus Finardi Lima de Faria, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Raul Franzolin Neto, Renato Melo Ribeiro e Suely Vilela. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Alexandre Martins Rodrigues, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Cibele Saliba Rizek, Fernando Ferreira Costa, Fernando José Benesi, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Guilherme Zdonek Mongeló, Henrique Iglecio Fernandes, João Cyro André, José Carlos Bressiani, Márcia Akemi Yamasoe, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Matheus Claudino Pinto Silveira Souza, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo Sergio Varoto, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Umberto Celli Junior, Vahan Agopyan e Walter Vettore. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a nongentésima septuagésima quinta sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor**: "Está aberta a nongentésima septuagésima quinta sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Será uma reunião extraordinária sem Expediente e com um único item na Ordem do Dia. Quando digo sem Expediente, não excluo a oportunidade do Secretário Geral dar as boas vindas aos novos membros do Conselho." **Secretário Geral**: "Temos, na Sessão de hoje, como novos membros do Conselho, a Representante da Congregação do Instituto de Matemática e Estatística, Prof.ª Dr.ª Lúcia Pereira Barroso." **M. Reitor**: "Seja bem vinda senhora Conselheira. O Vice-Reitor encontra-se no

gozo de férias e, portanto, na Sessão de hoje será substituído pelo decano da Universidade, que é o Prof. Adalberto Fischmann. Passamos à Ordem do Dia." Ato contínuo, passa-se à discussão da **ORDEM DO DIA** - **CADERNO ÚNICO - DEFINIÇÃO DO REAJUSTE SALARIAL 2016 - PROCESSO 2016.1.12357.1.1 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -** Ofício GR/219, solicitando a análise, pela COP, da proposta de reajuste salarial de 3%, a partir de 1º de maio do corrente ano, para os servidores docentes e técnicos e administrativos da USP, a ser apreciada pelo Co. Sistema de Informações Financeiras. **Parecer da COP**: com base nos elementos analisados, a COP considera tecnicamente inviável um aumento de despesa permanente e a consequente redução das reservas. Em face dessa análise, considera que o Co dispõe de informações suficientes para a tomada de decisão. **M. Reitor**: "Como sabem, desde 2014 a Reitoria tem trazido para decisão do Conselho Universitário, sobre grandes gastos da Universidade, incluindo os reajustes salariais. Obviamente este é um ato complexo porque não se trata pura e simplesmente da Universidade de São Paulo através do seu Conselho Universitário fixar um índice que se aplica automaticamente. Como todos sabem, isso implica em uma etapa prévia de negociações que tradicionalmente é feita durante o período da data base entre o CRUESP - Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo e o Fórum das Seis, que inclui os seis Sindicatos, ou seja, três de servidores e três de docentes, correspondentes às três Universidades. É uma negociação complexa, que em geral é precedida de um período de reuniões de natureza técnica em que os assessores da Universidade de São Paulo, inclusive, em geral, capitaneados pelo Coordenador da CODAGE e os assessores e responsáveis pela gestão das outras duas Universidades se reúnem com representantes dos sindicatos, no sentido de informar a situação financeira, orçamentária, a execução do orçamento, de tal maneira que estejam todos munidos do maior número de informações possíveis para compor a proposta e a negociação que finalmente se faz. Isso foi feito desta forma este ano. Devo dizer que até o início do mês de abril eu ainda era o Presidente do CRUESP. Fui Presidente do CRUESP o ano passado. Conduzi as negociações salariais do último ano e agora assumiu, como Presidente do CRUESP, o Prof. Tadeu Jorge, que é o Reitor da UNICAMP. Isso se faz por meio de um rodízio. Então, quem está conduzindo, em nome do CRUESP, as negociações salariais

correspondentes à data base deste ano é o Prof. Tadeu Jorge, com a nossa participação. Foram feitas duas reuniões entre o CRUESP e o Fórum das Seis e discutidos vários componentes das demandas ou solicitações, ou de pauta de negociações apresentadas pelo Fórum das Seis e, finalmente, os três Reitores se reuniram para, diante do quadro, primeiro inflacionário, ocorrido durante o período desde a última negociação e depois diante do quadro orçamentário das três Universidades, fazermos uma proposta que fosse aquela que melhor atendesse a expectativa dos servidores e docentes, mas, também, que fosse compatível com a vida financeira das três Universidades, porque a proposta tem que permitir às três Universidades satisfazerem os requisitos da proposta que se faz. E aí já encontramos uma dificuldade, resultante do fato de que as três Universidades Estaduais Paulistas têm uma coisa em comum: todas estão com dificuldades financeiras. Nisto elas não se distinguem das demais Universidades do país e nem das demais empresas do país. Todos estão em dificuldades financeiras, uma vez que estamos diante de uma crise econômica monumental, mas apesar de termos isso em comum, há uma diferença na situação específica de cada uma das Universidades, elas não estão igualmente preparadas para fazerem propostas de reajuste. De tal maneira que, o que tivemos que acertar entre as três, era uma proposta que poderia satisfazer as três. E mesmo assim, com uma restrição, principalmente por parte da UNESP, que não se sentia com base financeira suficiente para fazer uma proposta sem ouvir o seu próprio Conselho Universitário, isto é, nos outros anos apenas a USP estava ouvindo o Conselho Universitário, mas neste ano a UNESP também entendeu que seria necessário, uma vez que há indícios de que eles tenham uma situação financeira muito mais complicada talvez que a própria USP. O resultado foi que nós concordamos em fazer uma proposta de um reajuste de 3%. É isto que, com as restrições que se farão a seguir, cabe, eventualmente, no orçamento da USP, da UNICAMP e, aparentemente, com muita dificuldade, talvez, no da UNESP; mas este é um problema que eles terão que resolver. Acordamos com este índice e é este que trouxe para a avaliação por parte deste Conselho. O que este Conselho terá que fazer é ouvir as manifestações da COP, que analisou tecnicamente esta proposta, examinou os recursos da Universidade, os comprometimentos, fez projeções e fez um parecer, que resumi esta posição técnica. Nós discutiremos para, finalmente,

tomarmos uma posição, se concordamos ou não com um reajuste de 3%. Para abrir esta discussão pedirei inicialmente ao Prof. Adalberto Fischmann, que além de ser o nosso decano, é o Presidente da COP, para que faça uma manifestação a respeito da análise que fizeram a respeito do parecer que consta da pauta. E o Professor Adalberto poderá, obviamente, recorrer, se achar necessário, ao apoio do Coordenador da CODAGE, Prof. Rudinei, que se encontra presente." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Antes, gostaria de solicitar a manifestação do Prof. Rudinei Toneto, Coordenador da CODAGE, como o Prof. Zago mencionou, que fez uma reformulação do Sistema de Informações Financeiras que estávamos habituados a receber e agora está mais completo, mais transparente e permitirá a todos fazer uma apreciação com maior cuidado, com maior precisão sobre a saúde financeira da Universidade. Antes de entrar na consideração da manifestação da COP, gostaria que o Prof. Rudinei fizesse o uso da palavra por algum tempo." **Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior (Apresentação)**: "A apresentação será breve, apenas para falar das mudanças que fizemos nos dados que encaminhamos sobre o Sistema de Informações Financeiras ao Conselho Universitário. Vocês devem ter recebido um conjunto de novas informações que está bastante detalhado e que tem muito mais informações do que eram repassadas antigamente. Basicamente, a ideia é aumentar a transparência das informações, tornar mais didática a apresentação, detalhar as informações de receitas e despesas, colocar um conteúdo mais comparativo do realizado sobre o orçado, sobre o que aconteceu nos anos anteriores, para poder ter uma base maior de informações; e incorporamos, também, uma Seção sobre a evolução do ICMS, informações que não continham antigamente. Então, agora, colocamos os dados da Universidade, mas, também, o que está acontecendo com o ICMS no Estado de São Paulo. Todos receberam três blocos de informação, o primeiro é mostrando receitas e despesas da Universidade, o segundo é a evolução do ICMS e o terceiro, os dados demográficos da Universidade sobre a evolução de servidores técnicos e administrativos, docentes e aposentados. Nas receitas orçadas separamos, reagrupamos entre receitas vinculadas e não vinculadas; antigamente separávamos em Receita do Tesouro e Receita Própria da Universidade, agora a parcela da Receita Própria da Universidade que não é vinculada a uma despesa específica, agrupamos

em uma que estamos chamando de ‘Receita Não Vinculada’, que pode ser usada para qualquer finalidade. As Receitas Vinculadas seriam aquelas decorrentes de convênios, prestações de serviços, SUS, que temos que usar para uma finalidade específica, não cabendo fazer um comparativo do que pode ser feito porque a destinação já está dada. Quanto às despesas, também fizemos a mesma classificação, separamos em vinculada e não vinculada. Passamos, então, a apresentar esta série de dados, colocando ‘Total de Receitas Vinculadas’, qual é a origem, se é Tesouro ou se é Receita Própria, se é financeiro, de onde vem e, também, classificando a despesa em ‘Pessoal’, ‘Outros Custeios’ e onde estão outras despesas da Universidade. Só para exemplificar as novas tabelas, essa aqui é a nova abertura da Tabela de Receitas. Vocês podem reparar que agora está separado em três itens: o primeiro é o repasse do Tesouro do Estado, o segundo a Receita Própria Não Vinculada, que é a que decorre de aplicações financeiras e outras receitas da Universidade e, no final, o terceiro item a Receita Vinculada das Unidades, que é o dinheiro carimbado que entra na Universidade, mas com a finalidade já definida. A segunda Tabela já coloca a abertura da aplicação dos recursos; total da despesa com Pessoal aberta entre pagamento da Folha do mês, Ativos, Aposentados, outras Folhas onde inclui o conjunto de benefícios e as provisões para décimo terceiro e férias, que totaliza o Total da Despesa com Pessoal, Outros Custeios e Investimentos e as despesas custeadas com Receita Própria não vinculada das Unidades. A terceira Tabela já apresenta o resultado, comparando as Receitas com as Despesas não vinculadas e os percentuais de comprometimento de cada componente de despesa. Antigamente só apresentávamos em relação à Receita do Tesouro, agora apresentamos o comprometimento em relação ao total de receitas da Universidade. Todas as receitas que a Universidade pode dispor aparecem nessa Tabela. Na última coluna, o item ‘c’ apresenta o resultado e na última coluna apresenta o comprometimento de cada um desses componentes. No resultado já dá para observar que o déficit já acumulado no ano já ronda cento e cinquenta e cinco milhões até o momento. Nessa próxima, o Bloco 1 tem um conjunto de outras Tabelas que consta a evolução de cada item: Pessoal, Outros Custeios, Precatórios, Investimento, tudo que a Universidade está gastando tem uma abertura bastante detalhada e comparado, tanto com o que

estava previsto no orçamento como o ano passado. Esse segundo Bloco, o interessante é que começamos a apresentar a evolução da Receita do ICMS no Estado, e o que chama a atenção é que logo de cara a primeira coluna é a previsão orçamentária que o Estado nos passou na hora da elaboração do orçamento, a segunda coluna já é a primeira revisão que o Estado fez e a terceira coluna é o que efetivamente está arrecadando. Observamos que em relação à previsão inicial já tem uma queda superior a 5%. Em relação à segunda revisão continua apresentando queda, então esses dois dados mostram que na primeira revisão já tinha queda de arrecadação e não está nem se cumprindo, a arrecadação já tem sido inferior à previsão do Estado, com queda de arrecadação. A última Tabela coloquei para exemplificar que, em termos reais, observamos que de janeiro até abril, a arrecadação do Estado com ICMS está em torno de 10% negativa, ou seja, o crescimento nominal é praticamente nulo e toda inflação que tivemos virou queda de arrecadação real. Isso é só para exemplificar o novo Sistema de Informações Financeiras. Se alguém tiver qualquer dúvida sobre a classificação que utilizamos, os dados que constam na apresentação, podem me procurar que estou à disposição para esclarecer." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Agradeço pelas informações que o Prof. Rudinei apresentou, porque foi com base nessas informações que a COP produziu o seu parecer. Tivemos uma reunião longa ontem, onde produzimos esse documento que está nas mãos dos senhores e gostaria de fazer alguns destaques. Em primeiro lugar, tudo isso se baseou em uma proposta orçamentária que apresentamos aqui, em 08 de dezembro de 2015, onde já tínhamos aquela posição que marcou a insuficiência dos recursos do Tesouro do Estado em R$ 543,2 milhões de reais. Isso decorreu de uma inflação projetada para o ano de 2016 na faixa de 5,51%, que já àquela altura, quando fizemos o orçamento da Universidade para este ano, já sabíamos que não seria muito viável de ser alcançada, tão pouco a redução do PIB de 0,4% negativo; nós também já sabíamos que o ano iria transcorrer com uma queda do PIB bem superior. Tudo isso se materializou nesses primeiros quatro meses que tivemos de análise, ou seja, de janeiro a abril deste ano. Olhando essa situação de janeiro a abril, tivemos uma queda nominal, e chamo a atenção que é nominal, na Receita de mais de 5%. Tudo indica que para os meses subsequentes do ano de 2016 e, eventualmente, até 2017, não serão

muito diferentes da estimativa feita inicialmente. Esse é o primeiro dado objetivo de uma queda na arrecadação muito significativa e uma tendência de não haver uma substancial guinada para esses meses restantes do ano de 2016. Um dado importante que o Prof. Rudinei chamou a atenção na apresentação do Sistema Financeiro é que a previsão dada pela Secretaria do Planejamento é sistematicamente corrigida pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo e o que ocorre depois com o valor efetivamente arrecadado é ainda muito menor do que a previsão da Secretaria do Planejamento e a previsão menor da Secretaria da Fazenda, ou seja, de todas as situações de previsão a Universidade arrecada efetivamente menos. Como pode ter sido observado na apresentação que o Prof. Rudinei fez no mês de abril deste ano, tivemos a pior arrecadação nominal dos últimos três exercícios, de R$ 7,155 milhões, ou seja, temos uma queda na arrecadação resultante de uma paralisia na economia nacional, na economia paulista e, claramente, tudo isso se reflete na arrecadação transferida pelo Tesouro do Estado para a Universidade, ou seja, a maior doença nossa não diz respeito à própria Universidade, diz respeito a transferência do Estado para a Universidade. Aliás, como é sabido de todos, se não tivéssemos essa brutal queda no ICMS, a Universidade hoje restaria com um índice de comprometimento de folha muito abaixo de 100%, com todo esforço que já fizemos até agora. O que pode ser observado em um parecer muito objetivo e sintético que produzimos é que o Quadro II mostra uma revisão do orçamento para o ano de 2016 em três situações. A primeira situação é a proposta orçamentária inicial com aquele déficit que já sabíamos que iríamos incorrer, por ocasião quando, em dezembro do ano passado, apresentamos o nosso orçamento aqui para o Conselho Universitário. Naquela ocasião, o déficit ou a insuficiência de recursos era estimado em R$ 543 milhões. A segunda coluna mostra a situação da Universidade, ao final do ano de 2016, com uma expectativa de frustação de arrecadação do ICMS. Essa expectativa nos foi transferida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com uma frustação já prevista de R$ 291 milhões. Isso impacta a Universidade fortemente a ponto de elevar aquela insuficiência original, de R$ 543 milhões para R$ 834 milhões, essa é a segunda coluna. A terceira coluna da previsão orçamentária mostra o impacto do reajuste oferecido pelo CRUESP. Os 3% para o ano de 2016, referentes ao

mês de maio a dezembro somam mais de R$ 82 milhões. Esses R$ 82 milhões são referentes a 2016, todavia, devemos informar que para o ano de 2017 e seguintes haverá um impacto de cerca de R$ 131 milhões no orçamento de forma definitiva, ou seja, isso é permanente, é incorporado ao gasto com Pessoal por toda a Universidade. Essa insuficiência irá de R$ 834 milhões para R$ 916 milhões, mostrando o tamanho do descompasso entre as receitas transferidas pela Secretaria da Fazenda e o total de despesas não cobertas que teremos ao final do exercício de 2016. É importante salientar um ponto que tem sido apresentado como - 'Não, tudo fica tranquilo na medida em que as reservas da Universidade chegam a mais de R$ 1,400 bilhão'. Isso é pura fantasia, que tem que ser muito desmistificada, porque uma coisa é saldo bancário, outra coisa é reserva, são provisões que foram constituídas, como todos sabem, a duras penas e que tem sido diminuídas ano após ano, decorrentes da insuficiência de recursos que a Universidade tem para fazer face às suas despesas. O montante hoje dessa dita 'reserva' nada tem haver com saldo bancário existente em 30 de abril deste ano, que somava R$ 1,445 bilhão. Se contarmos ou descontarmos em primeiro lugar aqueles gastos vinculados, despesa vinculada, que não cabe ao gerenciamento da Administração Central, ou seja, elas estão totalmente comprometidas com projetos, tenho que retirar R$ 63 milhões desses R$ 1,445 bilhão, restando, portanto, R$ 1,382 bilhão. E se deduzirmos desse valor a parcela referente – devo, primeiro, acrescentar R$ 111 milhões de receitas que ainda virão de aplicações financeiras nesse período recente de maio até o final do ano - e, então teremos que deduzir três componentes: primeiro, restos a pagar de exercícios anteriores, montando a R$ 67 milhões, o déficit orçamentário originalmente já calculado, de R$ 543 milhões e mais a frustação das receitas, pois essa é uma expectativa que, infelizmente, já nos foi sinalizada, de mais R$ 291 milhões. Com isso, o nosso saldo será de R$ 592 milhões para virarmos o exercício de 2017. No caso de aplicarmos o reajuste proposto pelo CRUESP de 3%, o nosso saldo irá para R$ 509 milhões. Esse é o número extremamente significativo para que tomemos a decisão referente à concessão do reajuste. É bem verdade que, com reajuste ou sem reajuste, a nossa situação é muito grave, muito grave mesmo, mas o reajuste só irá aumentar ainda mais a nossa gravidade para este ano, em mais R$ 83 milhões, e para anos seguintes em

mais R$ 131 milhões a partir de 2017. Com base nisso, entendemos que não há condição, do ponto de vista técnico, de recomendarmos o reajuste, ou seja, já estimamos que para o ano de 2016, o comprometimento com gastos de Pessoal estará na ordem de quase 104%, 103,89% apenas com Folha e reflexos decorrentes das folhas salariais. Desse ponto de vista, entendemos como sendo tecnicamente inviável apoiarmos uma concessão de reajuste de 3% com a consequente redução das reservas da Universidade. Nessas condições, também entendemos que, de qualquer forma, o Conselho Universitário é soberano; nos preocupamos, na COP, em fazer uma análise a mais, isenta possível para que os Conselheiros pudessem ter a sua opinião e a sua posição, mas gostaríamos que refletissem a situação da Universidade como sendo algo de responsabilidade de todos." **M. Reitor**: "Todos têm em mãos o parecer e as informações adicionais produzidas pela COP e pela CODAGE, e agora iremos passar a ouvir a opinião dos Conselheiros, que terão que decidir sobre a concessão ou não do reajuste de 3%. A CODAGE, assessorando a COP, fez um trabalho respeitável no sentido de procurar progredir cada vez mais para fornecer-nos, com mais clareza possível, as informações relativas ao nosso orçamento e sua execução. Tenho certeza que todos leram e estão muito bem informados e conscientes. A situação que se apresenta é grave, do ponto de vista financeiro, mas não é menos grave do ponto de vista de vida da comunidade universitária. Não há nenhuma dúvida de que todos que estão aqui têm uma expectativa, que é perfeitamente razoável, de ver os seus rendimentos não reduzidos do ponto de vista real, ou seja, todos têm uma expectativa de esperar uma correção dos seus vencimentos que corresponda, pelo menos, à inflação. E isto é necessário, obviamente, para a vida da Universidade, porque as pessoas que fazem parte da vida da Universidade são o seu patrimônio mais respeitável e mais importante. Essa é uma expectativa que todos têm e é perfeitamente razoável. Claro, se falássemos em reajustes de 30%, 50%, alguns poderiam até achar que mereceriam ganhar isto, mas não seria razoável. Agora, esperar a correção é perfeitamente razoável, no entanto, não sou eu, todos que estão aqui são responsáveis pela sobrevivência da Universidade nos próximos meses e nos próximos anos, de forma que o alerta que a COP nos traz precisa ser considerado com toda a atenção e com todo peso que merece. O que eles

estão dizendo é não há condições de conceder nem mesmo um reajuste de 3%. No panorama econômico do país isto não é surpreendente. Não é surpreendente em um país em que temos 11 milhões de desempregados e pessoas que estão em idade ativa e têm família, portanto, descobertos de vencimentos. Não é surpreendente em um país em que estados poderosos e fortes do ponto de vista econômico, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, começaram a parcelar ou atrasar salários do funcionalismo público. Não é surpreendente em um país que está analisando uma revisão da sua proposta orçamentária com meta de um déficit de R$ 170 bilhões. O que eu pediria é que, com a sabedoria aqui acumulada de todos, com a experiência de todos que estão aqui, encaminhassem esse assunto da maneira mais racional possível, pesando os dois componentes, a expectativa perfeitamente lógica, compreensível, razoável, que todos têm de pelo menos ter a sua correção de salário e aquilo que lhes parece que a Universidade pode suportar, porque não podemos nos esquecer de dois aspectos muito importantes que foram aqui salientados: o primeiro é que entre a votação do orçamento, no final do ano passado, e este momento, temos uma perda da expectativa de receita de R$ 290 milhões de reais; o segundo aspecto é que, além do pagamento de salários, a Universidade precisa ter gastos para sobreviver, desde manutenção dos programas de permanência estudantil até aqueles que permitem o funcionamento, e os Conselheiros poderão ver que gastamos em média 10% além do que gastamos com salários, o que já é uma enorme economia, porque tradicionalmente, a Universidade gastava de 15% a 17% com isto. A palavra está aberta. Ouviremos todos os interessados até que os argumentos comecem a ficar repetitivos, devo dizer que, em se tratando de uma Universidade e do seu colegiado superior, não há nenhuma evidência científica de que a repetição de um argumento *ad nauseam* melhore a compreensão deste; em geral basta uma vez e explicar o que não ficou bem entendido, fora isso - e tendo em vista o cansaço e as limitações outras - está aberta a palavra." **Cons. Tirso de Salles Meirelles**: "É um momento difícil. Acho que um dos momentos mais críticos que temos em uma sociedade é quando não temos como repor o salário mínimo, ou o salário dos servidores. Hoje estamos em um momento de mudanças no país, não vou entrar no mérito das consequências todas que estamos atravessando, mas teremos ainda um

segundo semestre muito complexo, pois estamos tentando reaver todas as estruturas e infraestruturas que precisam adequar nosso orçamento e nossos investimentos. Momento crítico, momento difícil, mas nós também temos de fazer nossas lições. Temos levado muitas mensagens ao Governo Federal, solicitando que não faça aumento de impostos, porque a inflação já está corroendo todo nosso processo orçamentário, tanto doméstico como empresarial. Então, temos um momento muito difícil para atravessar. Nosso M. Reitor tem feito um trabalho gigantesco, desde quando assumiu, pelas dificuldades que pegou. Hoje, conversando com o Conselho Universitário da UNESP, eles estão com um problema muito mais sério que o nosso, estão querendo tirar alguns benefícios dos servidores, o que é um absurdo. Mas peço, encarecidamente, a cada um de vocês, que avaliem esse momento, pois é muito melhor mantermos a empregabilidade que temos hoje, conservar e trabalhar na manutenção dos cursos que temos hoje com nossos alunos, do que efetivamente termos um aumento e depois termos dificuldades. Obviamente, se mudar a concepção de uma melhoria na economia, poderemos repor futuramente, mas creio que agora é um momento difícil." **Cons. José Sérgio Fonseca de Carvalho**: "Gostaria de, na qualidade de representante da Congregação da Faculdade de Educação, transmitir a vocês, não só o que deliberamos na reunião de ontem, mas, sobretudo compartilhar, almejando algum tipo de adesão, as nossas reflexões sobre o grave momento que vivemos nesta Universidade. A primeira das nossas observações é que a decisão de submeter os grandes gastos da Universidade de São Paulo ao Conselho Universitário tem, inegavelmente, as suas vantagens. A corresponsabilização de todos nós, como aludiu o M. Reitor, nessas decisões. Também o fato de que ela abre para uma pluralidade de vozes, o que, em geral, ficava restrito a um número muito pequeno. Mas ela também comporta alguns graves riscos, dentre eles, o de deslegitimar aquelas instâncias que, historicamente, foram responsáveis pelas negociações salariais, que é o Conselho de Reitores do Estado de São Paulo e os respectivos sindicatos. Essa corresponsabilização, bem vinda, só é efetivamente uma corresponsabilização quando ela não se limita ao sim ou não. Se ela se limitar ao sim ou não, o nome é outro, cooptação, não no sentido pejorativo, mas simplesmente no que a palavra estritamente quer dizer, ou seja, uma opção

conjunta pelo sim ou pelo não. A única forma de transcender a cooptação em direção a uma verdadeira corresponsabilização é abrir espaço para que o Conselho Universitário possa não simplesmente dizer sim ou não, mas propor novos rumos para os impasses que a Universidade vive hoje. É nesse sentido que me parece que o Conselho cumpriria a função que está escrita no seu nome, ser um conselheiro da Reitoria. Não porque sejamos mais sábios do que o Reitor e seus auxiliares, mas porque aqui trazemos a pluralidade de visões e vozes de uma instituição pública, como a nossa. Então, o que pretendemos é que a voz singular da Faculdade de Educação possa se juntar e compor uma pluralidade comum. A primeira observação feita nessa densa reunião foi de que não cabe ao Conselho da Universidade de São Paulo revogar, ignorar ou modificar algo que foi decidido em uma Instituição que, historicamente, tem a legitimidade para propor índices econômicos de reajuste salarial. A nós não compete modificar isso que historicamente está na mão de um órgão superior a todos nós. No entanto, também ponderamos que a grave crise que passamos hoje não pode e não deve ser reduzida aos seus fatores econômicos. Há também aqui uma imensa crise política, no sentido mais estrito da palavra, das relações de poder da Universidade com todas as suas entidades. Ora, parece-nos, portanto, que o Conselho Universitário pode, sim, ter um papel extremamente importante nesse momento, justamente propondo negociações políticas e não apenas econômicas. A Faculdade de Educação reconhece a crise econômica e a Faculdade de Educação - ou pelo menos sua Congregação - se compromete a envidar todos os esforços para que sejamos capazes de enfrentar essa crise, mesmo a escassez, desde que tenhamos razões políticas para isso. Evocando Niezctche, ele dizia, 'os homens são seres capazes de aguentar qualquer dor, desde que eles vejam sentido nessa dor'. Parece-nos que somos capazes de enfrentar, inclusive, escassez econômica, desde que vejamos sentido político para aquilo que estamos vivendo. Portanto, desde que não submetamos as relações internas entre professores, universidades e funcionários, a mera lógica do econômico. E restituamos ao Conselho Universitário o seu papel de político mais nobre e estrito da palavra, que é transformar a violência ou a tecnocracia em uma palavra dialogada. É restaurar uma palavra como mediação dos conflitos. Portanto, nos posicionamos contra qualquer tipo de bloqueio da mediação dos conflitos pela

palavra. Isso inclui um esforço, por exemplo, de negociação com todos aqueles que, ao bloquear as portas, impedem, nós professores, de conversar com nossos alunos. Mas também inclui qualquer tipo de bloqueio de porta simbólica por meio das quais, nós, ao pegarmos uma decisão estritamente técnica ou juridicamente viável, bloqueamos a necessária negociação. De uma maneira muito simples, gostaria de colocar algumas das sugestões que a Faculdade de Educação faz para essa negociação. Coisas como plano de carreira dos professores, que tenciona imensamente o momento que vivemos, acreditamos que a Reitoria pode, sim, tomar uma decisão de dar o tempo para que esta medida importante seja discutida junto a seus pares. Há outras questões de natureza política que também podem ser tomadas, como por exemplo, o espaço do SINTUSP. É preciso negociar. Em um momento de escassez econômica, o que nos resta para sair dessa crise é a séria disposição de mediar os conflitos pela palavra e o gesto da Reitoria nesse sentido. Acreditamos que isso vai ao encontro não só de tudo aquilo que o Reitor tem dito, como do momento que o país vive. Precisamos restaurar a negociação política com todas as partes. É a única forma de enfrentarmos a escassez econômica." **Cons.ª Marcela Silva Carbone**: "Quero começar refletindo o seguinte. Achei que foram muito pertinentes as comparações que aqui foram feitas com relação ao cenário nacional e a crise econômica e também política que o país vem passando. Sem dúvida nenhuma, a USP reflete a crise econômica que o país vem passando e é importante refletir. A principal política do atual Governo e também do Governo anterior era uma política de ajuste fiscal para justamente poder colocar a conta da crise nas costas dos trabalhadores, dos jovens, dos serviços públicos. Mas o que temos visto no cenário nacional é que todos esses setores estão se colocando em luta e estão dizendo que não vão aceitar pagar a conta dessa crise. E é por isso que a greve que está acontecendo hoje aqui na USP não é uma greve isolada. Mas é uma greve que surge em um momento em que existem muitas greves no conjunto do país. Greves de trabalhadores, de movimentos estudantis, ocupações de escolas, porque o que está em jogo no cenário nacional é quem vai pagar a conta dessa crise. Os trabalhadores e os jovens não contraíram essa crise e, portanto, não devem pagar essa conta. Acho que essa reflexão também está colocada para a Universidade. O que está em jogo? Quem vai

pagar a conta da crise? E olha que o que estamos reivindicando na nossa greve - que é unificada com os estudantes, trabalhadores e também professores - que entraram ontem em greve - é o mínimo. O que estamos reivindicando é garantir a dignidade de cada trabalhador dessa Universidade. A dignidade de poder garantir o sustento da sua família. A dignidade da educação pública. Não à toa, uma das pautas das reivindicações estudantis é mais contratação de professores e funcionários, porque nós que estamos na sala de aula sentimos. Está cada vez pior, cada vez mais difícil se matricular nas disciplinas, cada vez mais lotadas as salas de aula. Então, nesse sentido, quero refletir que é muito importante que tenhamos isso em mente no momento de discutir a situação orçamentária da USP, porque em nossa opinião, a qualidade da nossa Universidade não pode ser comprometida por uma crise a qual os estudantes, os professores e a população que paga e mantém essa Universidade não são os responsáveis por essa crise. Portanto, nesse sentido, acredito que é um equívoco colocar a possibilidade de um reajuste em oposição aos outros gastos, como o de permanência estudantil - que também tem a ver com os nossos direitos dentro da Universidade, e que na verdade se trata de garantir a qualidade, a excelência da USP, mas em uma perspectiva de poder, garantir que a USP esteja de fato a serviço de quem a mantém. Por isso, também reivindicamos cotas raciais, para que a USP possa ser coerente com a composição social e racial do nosso Estado e do nosso País. Por último, acho que essa decisão de fazer o Conselho Universitário votar, carrega um discurso de democratizar a votação relativa ao orçamento. O problema é que esse Conselho Universitário, infelizmente, não reflete o que são as diferentes vozes dentro da Universidade, e nesse momento a ampla maioria da Universidade que consiste justamente nos funcionários, nos professores e nos estudantes têm uma proposta sobre o reajuste, que são os 12,34%, que é proposta da inflação, é o mínimo. Acho que para terminar, isso deveria ser colocado em votação, para que, de fato, esse Conselho possa expressar o que é a comunidade universitária. Caso contrário, mais uma vez teremos uma demonstração de que esse espaço é absolutamente antidemocrático e não reflete a comunidade universitária." **Cons. José Alfredo Gomes Arêas**: "Na última reunião do Conselho Universitário, havia sugerido ao senhor Reitor que propusesse, no órgão adequado, um reajuste, por menor que fosse, para tentar

impedir que houvesse uma deterioração das relações dentro da Universidade que pudesse levar a uma greve. Em primeiro lugar, quero parabenizar, tanto o Professor Adalberto quanto a CODAGE, pelo balancete bastante informativo de todas as questões relativas a ICMS - pagamentos, as relações entre esse dinheiro. Confesso que estudei isso com bastante atenção e uma das coisas que observei, uma vez que esses dados foram disponibilizados, é que de janeiro a abril desse ano houve um aumento de arrecadação de 5,1%, ou seja, R$ 29,436 bilhões, como diz a primeira tabela da arrecadação do ICMS; esse ano de 2016, de janeiro a abril, foi cerca de R$ 29,586 bilhões. Isso dá 5,9%, arredondando, 5,1% de aumento de arrecadação. Isso em termos nominais, em termos de reais arrecadados. Nesse contexto, e considerando o grande prejuízo que pode ser a negativa de qualquer reajuste ao nosso funcionalismo - incluindo os professores -, vejo que o custo de 3% no nosso orçamento que vai resultar um aumento de R$ 82 milhões, pode ser considerado, embora aumente o déficit que temos, um custo aceitável dentro das presentes condições. Não é o ideal. O ideal, como foi dito anteriormente é uma reposição pelo menos próxima da inflação, isso não é uma realidade para todos os docentes da Universidade, nesse Conselho talvez estejam 40 ou 50% de docentes que ganham acima do teto do Governador que não vão ter aumento nenhum, nem 3%, nem 1%, nem 2%, nem 5%, nem 10%, ou qualquer coisa assim, e essa é uma situação em que cada professor titular ou associado 3 que pega um cargo de comissão em breve vai atingir também, quero dizer, não é um salário fantástico, exagerado, de marajá. Então, vejo a coisa do seguinte ponto: se formos seguir a lógica pura do orçamento, aquilo que o Professor Zago falou é verdade, a Universidade teria que começar a interromper pagamento de salário para poder ficar em uma lógica puramente fiscal. Isso não vai acontecer porque é ilegal, enquanto houver dinheiro para tal. Temos uma reserva de R$1,400 bilhão que foi reduzida para R$ 509 milhões aproximadamente, com alguns ajustes feitos pelo Professor Adalberto, mas são ajustes que se olharmos claramente são recursos que acabam entrando e essa reserva deve subir um pouco ao final de um ou dois anos. Se olharmos o final do exercício, pode ter mudado também. Então, considerando que a arrecadação, em termos de reais arrecadados, está ligeiramente aumentanda, de 2015 para 2016 - pelo menos segundo os dados apresentados para nós -,

não houve nenhum aumento salarial daquela ocasião até agora, isso significa que 3% devem caber mesmo nessa expectativa - como foi dita - frustrada de arrecadação; frustrada em função, talvez, de uma expectativa irrealista de uma inflação de 4% ao mês, ou coisa parecida. Porque o desempenho tem sido um pouco diferente do que está sendo apregoado, pelo menos os dados mostrados para nós hoje foram bem claros quanto a isso. Então, o que podemos perder não tendo esse reajuste? Primeiro, o que o Professor da Faculdade de Educação falou, não devemos passar por cima de uma instância decisória, que tradicionalmente é competente para resolver essas questões de aumento de salário, que é o Fórum dos Reitores, o CRUESP, que decide o que as Universidades têm condições de fazer. Acho que não cabe ao nosso Conselho sobrepujar aquela decisão. Em segundo lugar, porque acredito que o prejuízo que vamos ter nessa Universidade, se ela entrar em uma greve demorada e longa, será muito maior do que esses R$ 82 milhões economizados, que faria - fazendo uma conta bastante otimista - nosso fundo durar uma semana a menos do que ele duraria caso não se desse esse reajuste. Portanto, proponho que votemos pela aprovação do reajuste. É insuficiente, não é o ideal, a Universidade precisa de outras coisas que foram levantadas, maior democratização, maior discussão, carreira docente um pouco mais discutida antes de ser modificada, e uma série de outras coisas, mas como hoje estamos discutindo apenas a questão do reajuste, encaminho pela aprovação dos 3% e não acolhimento do parecer da COP." **Cons. Lucas Santos Sorrilo**: "Como conselheiro universitário, representante dos estudantes, eleito pelo Grupo USP Nova, gostaria de colocar um pouco da nossa posição sobre o tema. Como disse o primeiro dos oradores, o pior momento que temos no setor público é quando não conseguimos sequer reaver a perda inflacionária dos salários. Esse é o pior momento do setor público. Mas há que se ter a consciência - como explanado aqui - que só esse ano teremos o impacto de R$ 82,4 milhões, com o reajuste de 3%, e para o ano que vem mais R$ 131 milhões, sendo que temos uma previsão de perda de R$ 290 milhões para o próximo exercício fiscal. Acredito que nós - professores, funcionários e estudantes - devemos ser conscientes nesse momento com o futuro da Universidade, tendo em vista que ela deve ser perene, eterna e deve servir às próximas gerações. Logicamente, momentos

como esse, de crise, devem ser usados - e quero usar uma palavra que ontem, devido a alguns áudios vasados parece uma palavra ruim - para se repactuar acordos, modelos de organização. Este modelo de organização que temos na Universidade nos levou a essa crise orçamentária que temos hoje. Esse modelo de organização orçamentária que temos hoje nos tem levado, nos últimos anos, a déficits enormes. E sabemos que em 2018, se mantivermos as previsões, mesmo as nossas reservas acabarão. Por isso, esse momento de crise deve servir para uma repactuação nas carreiras dos professores e dos funcionários, também na atividade dos estudantes, por exemplo, uma das nossas maiores preocupações é a permanência estudantil. É impossível que essa Universidade seja inclusiva e traga para cá as pessoas mais pobres e mais vulneráveis da sociedade se ela não tiver permanência estudantil. Dentro dessa crise, que soluções temos pensado com relação à permanência estudantil? Um dos setores fundamentais da permanência são os estágios, que podem ser complementares tanto à graduação quanto como uma complementariedade de renda para o estudante. Nesse momento, o setor público, além da USP, busca enxugar os seus gastos e nós ainda não buscamos convênio com o setor público para um maior número de estágios na administração pública direta e indireta, que poderia ser extremamente importante para que tenhamos estudantes formados, também, na área pública, que é um déficit que a USP tem - é muito para área privada e pouco para área pública. Poderíamos pensar neste modelo. Poderíamos pensar também - já que a CODAGE nos deu mais transparência na atuação das Fundações - em um modelo de avançar a atuação das Fundações dentro da USP. As Fundações podem ser uma forma mais eficiente e mais plural de arrecadação e atuação, e ainda não conseguimos melhorar a atuação das Fundações na USP. Aumentamos, sim, a sua transparência, mas ainda não conseguimos avançar na remuneração de professores, não conseguimos nem pensar ainda na remuneração de funcionários e estamos muito distantes da permanência estudantil, que as Fundações podem proporcionar aos estudantes também. Por isso, acreditamos que nós, conselheiros, devemos, sim, pensar que este é um momento de sacrifícios, mas pensar, principalmente, que este é um momento de repactuação da organização da Universidade de São Paulo." **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Desnecessário gastar qualquer parte do meu tempo

para reenfatizar a gravidade da situação nacional, estadual ou da Universidade. Necessário dizer que temos que reconhecer a importância do trabalho realizado pela COP, que agiu dentro do que é sua obrigação estatutária e regimental, aquilo que a Universidade espera dela. Faz uma avaliação técnica, transmite da maneira mais transparente e compreensível para nós, leigos, qual é a situação financeira da Universidade e qual é a implicação das decisões que temos que tomar aqui. Agradeço e respeito o posicionamento da COP, mas vim aqui para dizer que vou votar contrariamente à sugestão da COP e tentarei convencer os meus colegas nesse sentido. Por quê? Em primeiro lugar, porque é preciso cada vez mais deixar claro, ao conjunto da comunidade universitária, que todas as vezes que no nosso discurso, no discurso do M. Reitor, no discurso de um dirigente da Universidade, aparece a afirmação de que docentes, servidores e alunos constituem o nosso maior patrimônio, é preciso deixar claro que não se trata de uma afirmação vazia. É preciso deixar claro que esta é a convicção mais profunda sobre a qual se tem que assentar o futuro da Universidade. 3%, evidentemente, não têm o condão de repor as perdas salariais efetivas do último ano. Falo com a intranquilidade de fazer parte daqueles 20% da Universidade que não têm reajuste salarial há três anos e, certamente, os 3% também não serão incorporados na coluna da direita do meu hollerith. Mas primeiro temos que levar em consideração que é preciso traduzir em fatos, traduzir em atitudes aquilo que não pode ser mero discurso. A valorização do nosso maior patrimônio é a valorização das pessoas. Isso passa por tentar, o máximo possível, preservar suas condições de vida ou minimizar as perdas as quais estamos condenados. Gostaria de lembrar a todos que o Brasil vive um processo de renegociação das dívidas de estados e municípios, este processo foi iniciado ainda na gestão Dilma, segue durante a gestão Temer, e não há alteração fundamental nos termos desse processo. E uma das primeiras cláusulas do processo de renegociação das dívidas é o compromisso de estados e municípios beneficiários em não realizar reajuste salarial de servidores durante três anos. Isso quer dizer que temos de ser realistas e trabalhar com a perspectiva de que na condição de servidores, ainda que autárquicos, temos grande possibilidade de ter os próximos três anos de reajuste zero, com uma inflação que não se está conseguindo medir. Então, parece-me que é imprescindível, além do argumento inicialmente

levantado de fortalecimento, valorização e reconhecimento do CRUESP e da relação CRUESP - Fórum das Seis como instância adequada e pertinente para essa negociação, o que não é contraditório com a discussão que fazemos hoje. Mas, parece-me fundamental que este mínimo - e é rigorosamente o mínimo esses 3% - seja reconhecido, não como a totalidade do direito dos trabalhadores, mas como aquele mínimo que a Universidade tem a obrigação, neste momento, de fornecer, como reconhecimento ao sacrifício salarial que já vem sendo realizado, aquele que ainda terá que ser realizado por força de determinações maiores e, sobretudo, como afirmação de que o reconhecimento das pessoas como maior patrimônio da Universidade não pode ser mero discurso." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "O Reitor começou dizendo que a expectativa de reposição de pelo menos a inflação é uma expectativa justa e razoável. Durante a negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP, o Reitor da UNESP chegou a chamar a proposta do CRUESP de ridícula - essa de 3%. Registre-se, então, que a Reitoria da USP já está emitindo documentos, pareceres com o sentido de intimidar e ameaçar os trabalhadores de corte de ponto, portanto de punição pela realização de uma greve por um motivo que o próprio Reitor, no início dessa reunião, disse que é absolutamente justo e razoável. Dito isso, se há uma crise, a pergunta é: quem paga? Aqui, a proposta é que paguem os trabalhadores e os salários. Ninguém propõe que paguem os dirigentes da Universidade, com suas gratificações, com suas verbas de representação. A via tem sido, há mais de um ano, que pague a Universidade e os trabalhadores com demissões, quando o sistema de informações e as planilhas apresentadas hoje mostram que a Universidade tem, no momento, cerca de dois mil trabalhadores a menos do que ela tinha em 1989, quando ganhou autonomia e seu número de estudantes, cursos de graduação - nem vou falar de pós-graduação - era menos da metade do que é hoje. Quero também me antecipar a uma chantagem que já foi anunciada, quando o Reitor disse que o futuro das creches seria decidido no fim desse semestre, a depender, inclusive, do dissídio. Ou seja, a chantagem de contrapor contratação a salário, creches a salário, permanência estudantil a salário. Também aí a questão é: quem paga? Porque um de vocês que aqui está, o Professor Osvaldo Nakao, que era Chefe de Gabinete da Reitoria, chegou a dizer em certa ocasião que a intenção da Reitoria era fechar as

creches para economizar dinheiro; o mesmo então Chefe de Gabinete, portanto parte da gestão da Reitoria que planejou um PDV que demitiu cerca de 1.400 trabalhadores, para economizar dinheiro, ao qual ele mesmo aderiu e ele mesmo recebeu de indenização quase metade do orçamento de um ano inteiro do orçamento de todas as creches da capital e interior somadas. A questão, portanto, é de onde se tira ou de quem se tira. Temos defendido aqui, já falei várias vezes e não vou me repetir agora, sobre a necessidade de retomar o financiamento que as Universidades tinham quando elas ganharam autonomia, que era o equivalente a 11,6% do ICMS. Sem chegar a tanto, não revolta esse Conselho Universitário e ninguém aqui toma qualquer providência em relação ao fato de que há anos o Governo do Estado de São Paulo não cumpre compromissos firmados com a Universidade, que correspondem à incorporação do *campus* de Lorena, à incorporação do campus da EACH e a da USP Leste. Compromissos feitos que simplesmente não foram cumpridos, e isso não indigna ninguém aqui e o Conselho Universitário trata a reivindicação do aumento do repasse de verbas ou do cumprimento desses compromissos como utópica ou fantasiosa. Sem chegar a tanto, só no descumprimento da lei, só no descumprimento dos 9,57% do ICMS que não são integralmente repassados, só no fato de que o cálculo do repasse para as universidades não é feito da mesma forma que é feito o cálculo do repasse para os municípios; foram retirados da base de cálculo do ICMS só em 2014 e 2015, R$ 6 bilhões. São quase R$ 600 milhões de reais só nos últimos dois anos que foram roubados da Universidade pelo Governo, e isso não revolta ninguém no Conselho Universitário. Nem vou chamar o Conselho a concordar com a luta mais do que justa de reaver o antigo repasse de 11,6%, mas só o cumprimento da lei significaria cerca de R$ 600 milhões a mais para as Universidades só nos últimos dois anos, isso é cerca de R$ 300 milhões só para a USP. Agora, é bom que pela primeira vez se tem incorporado, no informativo financeiro, o rendimento das aplicações das reservas, para que possamos ver que só o rendimento dessa aplicação chega perto do equivalente a recompor integralmente a inflação para trabalhadores e professores da Universidade. Ainda assim o que o CRUESP propõe é 3%. Aqui, de fato, não cabe amarrar o CRUESP na negociação, mas também não cabe simplesmente referendar e sim liberar o CRUESP para negociar, para que possa haver, de fato,

negociação ali. Por isso mesmo, não cabe votar entre 0% e 3%, é necessário que, no mínimo, se possa votar na proposta da maioria da comunidade, representada aqui com pouquíssimos votos, que é a de 12,34%. Do contrário, o que acontecerá esse ano é exatamente o que aconteceu em 2014. Esse Conselho Universitário ficará balançando a cabeça para o que diz o CRUESP - na ocasião foi 0% - para depois de quatro meses de greve, ter que se dobrar e ceder o reajuste salarial." **Cons.ª Maria Madalena Januário Leite**: "Hoje tivemos uma reunião da Congregação da Escola de Enfermagem da USP, a partir dos documentos oferecidos pela COP e da pauta desse Co. Após muita discussão e muita reflexão, a Congregação solicitou que eu, enquanto representante da mesma, trouxesse algumas considerações. A Congregação da Escola de Enfermagem da USP compreende o contexto atual, como bem trouxe o nosso M. Reitor no início dessa sessão. Ela reconhece que o país encontra-se em uma situação de crise, e que essa situação de crise, como tem sido apresentada, tem impactado na Universidade os aspectos econômicos, mas também os aspectos políticos. O que ela considera? Entende, apesar do material que trouxe a COP e do material apresentado pela CODAGE, que a proposta de reajuste de 3% apresentada pelo CRUESP é insuficiente. Apesar de todas as colocações que temos ouvido até então. Isso porque tivemos perdas salariais nos últimos anos, é histórico, e a inflação atual que já foi bem comentada de 9,4%. Colocamos, então, como justificativa, que esses 3%, apesar de todas as considerações, vai recair sobre o poder de compra dos trabalhadores, todos nós - docentes e trabalhadores em geral. Quando falo poder de compra, isso significa qualidade de vida. Como sou da área da saúde, isso significa qualidade na área da saúde. Isso afeta, principalmente, os trabalhadores com menores salários. Então, qual é a proposição dessa Congregação junto a esse Co? É necessário ampliar essa discussão. Gostaríamos, na verdade, que não se pusesse ainda em votação a questão dos 3%, mas que se fizesse uma discussão mais ampla em relação a isso, para ser levado neste movimento. E, como tem sido colocado por vários conselheiros, a própria mesa falou isso, é que realmente as três universidades estaduais precisam, na figura dos nossos reitores, empenhar-se junto ao Estado para os recursos necessários. O que se constatou e se discutiu muito nessa Congregação foi que um dos problemas que tem impactado é o repasse

do Estado, acho que o Bruno fez algumas colocações pertinentes com relação a isso. São essas as reflexões que a Congregação solicitou que eu compartilhasse junto aos Conselheiros." **Cons. Carlos Alberto Moro**: "Falo na condição de Conselheiro independente, uma vez que não fui eleito por apoio de grupos. Quero fazer uma fala muito breve em três sentidos. Primeiramente, o teto salarial é um problema sério para a Universidade, a maior parte dos senhores não recebe aumento há uns 3 ou 4 anos, apesar de muitos serem beneficiários da Portaria nº 3533 e subsequentes, agora com o avanço da Lei do Polo Tecnológico, isso faz com que muitos dos salários da USP possam se tornar bico, referente ao que essa Portaria pode beneficiar a muitos; não sou contra ela. O segundo aspecto que quero esclarecer é a respeito da transparência. Essa gestão melhorou muito a questão da transparência e a comunicação, mas ainda é pouco. Não podemos ter transparência com planilhas as quais se é necessário contratar um economista para entender. Tem que haver uma maneira em que nós, usuários, e a comunidade externa, que nos sustenta, consigam entender isso. Por exemplo, onde está a explicação de que locar veículos é mais barato do que trocar nossa frota, que era boa? Cadê a transparência nesse sentido? Cadê a transparência em relação à terceirização? A comunidade dos funcionários acha mais caro ter o serviço terceirizado. Cadê a transparência na contratação externa de refeições? De forma que a comunidade aceita discutir, mas que haja transparência em todos os aspectos. Há, sim, uma grande falha na comunicação, seja por parte dos gabinetes, seja por parte do sindicato. Passei lá e repreendi. Falei que não concordo com a maneira que o sindicado se comunica, que eles devem maneirar em alguns termos, pois, do contrário, como terão a possibilidade de diálogo? Como resolver isso? Então, entro na terceira fase da minha breve fala, que é referente à falta de diálogo que vem ocorrendo. Não podemos destruir o SINTUSP. Quer vocês gostem quer não, o SINTUSP é representante de fato de todos aqui, haja vista que as conquistas do SINTUSP refletem para todos. O SINTUSP não usa do benefício de se fazer representar para os docentes. Ele é o representante, mas ele respeita a ADUSP. Quantos de nós somos sindicalizados? Eu sou sindicalizado, apesar de não ser diretor do Sindicato. Já montei chapa para o SINTUSP, já ganhei um jornal exclusivo de críticas do SINTUSP, mas estou lá tentando mudar.

Acho que o caminho - nesse momento crítico - não é de destituição do SINTUSP, um Sindicato que vive da contribuição voluntária de seus sindicalizados. Perdi na assembleia dos funcionários, defendi lá a cobrança do imposto sindical. Se queremos ser contra o Sindicato, não é aqui que vamos brigar, é lá em Brasília, porque quem representa, de fato, é o Sindicato. E falo tudo isso mesmo tendo muitas divergências com o SINTUSP. Por fim, não podemos trazer para dentro da USP a discussão como está acontecendo no país. Fui ver hoje em Kant, essa política dos imperadores, 'não sei, me justifico depois pelos erros que cometo ou vamos dividir o país para reconquistar o território'. Acho que na USP isso não pode ser válido. Aqui tem que ter um diálogo democrático. Por outro lado, o Raul Seixas e eu sabemos, desde os 11 anos, que não existe verdade absoluta, a verdade tem que ser debatida aqui. Finalizando - e alguns filósofos podem me ajudar -, não podemos partir para esse debate 'schopenhaueriano', do 'tenho que vencer a qualquer custo'. Nem o lado de cá pode usar a truculência que tem sido usada - sou contra essas barreiras, não precisaria dos carros, se o som está incomodando é só usar a engenharia e colocar um tapume. Enfim, acho que o Conselho Universitário, que vai decidir, pode sim ir do lado de lá e conversar com os estudantes ou com o SINTUSP, porque não vai acontecer nada. Por fim, acho que deveriam ser votadas a proposta do SINTUSP, a proposta da COP e a proposta do repasse de inflação. Penso que devem colocadas as três propostas em votação, fica como sugestão." **Cons.ª Júlia Machini de Miranda**: "Gostaria de fazer algumas considerações sobre isso que está sendo debatido, porque acho que, de fato, a questão orçamentária não pode ser tratada apenas como uma questão técnica, porque penso que o problema da Universidade vai muito além disso e é também relativo a um aspecto político. Portanto, é preciso que, nesse Conselho Universitário, consideremos o que está acontecendo fora dessa sala. Em muitos conselhos, eu mesma vim aqui e fiz diversas declarações sobre como as atividades fim da Universidade estavam sendo prejudicadas pelas decisões que estavam sendo tomadas nesse Conselho Universitário. Por exemplo, a grade curricular do meu curso está sendo inteiramente alterada, porque não existem professores suficientes para dar as matérias obrigatórias do meu curso. E isso precisa ser considerado. Acho que considerarmos um reajuste salarial abaixo da inflação é uma afronta, é o mínimo necessário, sei

que há pessoas na universidade que recebem salários muito abaixo do que é recebido pelos conselheiros aqui e isso precisa ser levado em consideração. Mas acho, também, que isso vai prejudicar ainda mais o que está acontecendo. Ouvi informações, por exemplo, de que a Universidade tem gasto cerca de R$ 10 milhões com locação de veículos e automóveis. Será que isso não poderia ser repensado? Acho que há medidas que podemos tomar que não sejam simplesmente olhar uma tabela e falarmos sim ou não para ter o reajuste. Reivindico, também, que sejam votadas as várias propostas que estão surgindo, não meramente os 3%. Por último, quero dizer que os estudantes da Universidade estão em uma greve estudantil e gostaria de ler os cursos que estão, ou em greve ou paralisados hoje. Ribeirão Preto - paralização e acampamento na Diretoria da Faculdade de Filosofia; São Carlos - paralização e indicativo de greve; *Campus* de Piracicaba - paralização; Fonoaudiologia Butantã - paralização; Fisioterapia - paralização; Terapia Ocupacional, Psicologia, Letras, Odontologia, História, Geografia, Filosofia, Enfermagem, Gestão de Políticas Públicas, Relações Internacionais, Obstetrícia, Lazer e Turismo, Farmácia, Gestão Ambiental, Ciências Biomédicas, ECA, Biologia, Biologia ESALQ, Geociências, Medicina, Oceanografia, Pedagogia, Arquitetura, Design, Matemática, Estatística, Física, Nutrição, Saúde Pública, são diversos os cursos e estudantes que estão em greve ou paralisados. E não fazemos isso porque achamos muito bacana, mas porque a nossa situação de estudo na Universidade está cada dia pior e precisamos considerar isso. Trouxe uma carta de reivindicação dos estudantes, que gostaria de entregar para o Reitor e gostaria muito de pedir que houvesse negociação com os estudantes, porque nossas reivindicações são justas. E existem, sim, reivindicações orçamentárias, como é o caso da contratação de professores. Em muitos Conselhos Universitários vim dizer que há uma situação muito crítica em muitos desses cursos que estão paralisados, mas também existe a questão das cotas na Universidade, que não vai mover um centavo dessa Universidade, por isso, penso que é o momento de discutirmos isso. Quase todas as universidades do país têm cotas e a Universidade de São Paulo se recusa até a discutir isso. Portanto, os estudantes reivindicam que haja um debate, que haja negociação, gostaria de entregar essa carta, posso protocolar oficialmente amanhã. Mas acho que nesse debate orçamentário não podem ser discutidas apenas

tabelas, precisamos olhar para o que está acontecendo para fora da Universidade e precisamos entender também o que está acontecendo na sala de aula com os estudantes." **M. Reitor**: "Quero fazer uma intervenção. A representante discente fez referência ao anseio dos estudantes de fazer discussões com a Reitoria. Não recebi nenhuma solicitação dos estudantes para tratarmos das questões que dizem respeito a uma greve, a qual o Reitor não faz a menor ideia de quais são as reivindicações dos estudantes, que dizem respeito à vida dos estudantes e pelos quais - a senhora sabe - tenho o maior apreço. Até agora não recebi nada, apenas fiquei sabendo que entraram em greve. De forma avulsa, aqui, acolá, aparentemente na onda de um movimento amplo que envolve o país inteiro, de insatisfação dos jovens. Isso tudo é perfeitamente compreensível, mas desconheço quais são as reivindicações específicas referentes à Universidade de São Paulo que os estudantes gostariam que o Reitor ouvisse e respondesse a eles. Pode entregar a carta para nós, como da outra vez respondi, tenho sim interesse em conversar com os estudantes e discutir esses aspectos. São todos aspectos que interessam à vida da Universidade. Contratação de professores é um elemento central, farei referência a isso depois, os Pró-reitores sabem que tratamos disso muito recentemente. Isso é uma grande preocupação, não só dos estudantes, mas minha também. Quanto à questão das cotas, por exemplo, a Universidade não tem aversão a discutir, ela será eventualmente discutida, dependendo do encaminhamento que as unidades fizerem neste ano, a respeito da questão do ingresso na Universidade. Portanto, todas essas são questões que estão na nossa pauta, por favor entregue isso ao Dr. Thiago ou ao Professor Poveda e vamos tratar disto face a face." **Cons. Marcos Nogueira Martins**: "Quero começar comentando o que o Professor Arêas falou. Não pude deixar de reparar, ele se referiu a um crescimento nominal da arrecadação de 5,1%. Na verdade isso foi um certo otimismo da sua parte, porque pela tabela é 0,51% o crescimento nominal, pois é um fator 10 menor. Mas o problema não é exatamente esse, o problema é que aquele déficit previsto, de R$ 546 milhões era previsto diante de uma previsão de arrecadação que a Secretaria da Fazenda já disse que será menor em R$ 290 milhões para nós. Portanto, estamos discutindo um déficit que passa de R$ 546 milhões para mais de R$ 800 milhões. Essa conversa de que o aumento de 3%

serão apenas R$ 83 milhões de despesa - minha vó sempre dizia que desgraça pouca é bobagem -, mas creio que nesse caso não é, porque os R$ 83 milhões nesse ano são 10% do déficit previsto. Mas eles se refletem em R$ 131 milhões no ano que vem e assim sucessivamente. Concordo com o Professor Carlos Martins de que o nosso pessoal é o maior patrimônio da Universidade, mas não é o único, e acho que qualquer solução que venhamos a apresentar tem que preservar a sustentabilidade da Universidade. E, nos comprometermos com um gasto que é perene hoje, diante da situação que estamos vivendo, considero irresponsável. Acho que a situação já é suficientemente crítica do jeito que está, com um reajuste zero. Qualquer valor acima de zero só piora. Acho que podemos e devemos discutir, como proposto pelos alunos, gastos que não sejam perenes. Melhorar a permanência estudantil, dar mais bolsas, porque são gastos que podemos desligar se for necessário. Uma coisa que devemos nos preocupar em preservar é a independência da Universidade, se acabarmos com a nossa reserva e não tiver como pagar salário, vamos ter que bater na porta do governador em uma situação muito pior da que temos hoje. Por isso, acho que devemos, apesar das condições, apesar dos discursos aos quais tenho profunda simpatia, devemos ficar com o reajuste zero mesmo. Estou espantado por ser o primeiro que vem falar a favor da proposta da COP."

Cons.ª Fabiana de Oliveira: "Nesses contextos de crise fiscal, sempre são colocadas duas alternativas. A primeira e mais lógica, a da redução e corte dos gastos e, em seguida, a do aumento das fontes orçamentárias de alguma forma, da criação de novas fontes orçamentárias. Então, me surpreende que já de partida estejamos centrados apenas na questão dos cortes orçamentários que quase sempre se limitam ao desmonte da estrutura da Universidade, à precarização dos trabalhadores etc. Acho que seria interessante que também pensássemos na questão da criação de fontes alternativas para arrecadação e para solução da crise fiscal da Universidade. Uma dessas soluções poderia ser que pensássemos a questão do papel das fundações dentro da Universidade. Um colega representante discente está muito satisfeito com a questão da transparência com respeito às informações das fundações, eu, particularmente, ainda não me sinto completamente satisfeita, ainda acho que é uma caixa preta; o repasse que essas fundações fazem à USP ainda me parece uma coisa pouco discutida dentro do Co, acho que precisaríamos repensar isso. E

também seria muito interessante, como disse o representante do SINTUSP, que pensássemos na questão da utilização dos lucros das aplicações dos recursos das reservas da USP, para que se pensasse na solução dessa crise. O que não dá, realmente, é que fiquemos dentro dessas duas possibilidades, ou temos um reajuste zero ou um reajuste de 3%, porque o sucateamento e a precarização do trabalhador não deveria ser alternativa. Então, gostaria de sugerir que todas as propostas que apareçam durante essa reunião sejam consideradas para votação." **Cons. José Renato de Campos Araújo**: "Minha fala é para dar, primeiro, um informe que recebi durante a reunião, sobre as negociações nas outras Universidades. O Conselho Universitário da UNESP rejeitou a possibilidade de negociação dentro do Conselho Universitário, essa foi a notícia que chegou agora. Quero fazer uma ponderação sobre a maneira de negociação. Minha posição não é de que o Conselho Universitário não participe das negociações, mas em uma próxima oportunidade, até porque acho que essa negociação não se encerrará nesses 3%, teremos outras reuniões tratando desse assunto no Conselho Universitário, é que nos próximos anos ou nas próximas vezes, ao invés de analisarmos o parecer do Co sobre uma proposta do CRUESP, antes do Reitor, seja o Professor Zago ou os próximos Reitores, sentarem à mesa de negociações do CRUESP, o Conselho Universitário dê os parâmetros de percentuais possíveis a serem negociados. Porque, sem dúvida nenhuma, essa maneira que está sendo conduzido agora e também como foi conduzido em 2014 - que é mais ou menos similar -, vamos ter que esperar a negociação com o CRUESP para depois novamente aprovarmos aqui. Isso só alonga o processo e acho que ninguém aqui tem dúvida de que a aprovação dos 3% ou do 0%, como foi prudentemente recomendado pela COP, vai fazer com que o movimento grevista, que já está iniciado, continue. Lembro a todos que ontem, em uma assembleia da ADUSP, houve indicativo de greve a partir do dia 30, em cima dos 3%. Então, na realidade, é uma possibilidade de repensarmos como conduzir a negociação. Acho muito importante a manutenção do Fórum das Seis como o *locus* de negociação e, sem dúvida, o Co deve apoiar os Reitores. Portanto, minha sugestão é que, em uma próxima oportunidade, essa reunião que está sendo feita hoje *a posteriori*, seja feita antes da ida do Reitor à mesa de negociação, pois, sinceramente, sei que os 3% que vou votar hoje não

acabará com o movimento já iniciado. E gostaria de destacar apenas mais um ponto. Lamento profundamente algumas ações da Reitoria, principalmente em relação ao SINTUSP, com o pedido e a solicitação sobre sua sede. Se há um problema com a sede do SINTUSP, acho que, no mínimo, houve um problema na questão do calendário. Penso que fazer essa solicitação um mês antes do início das negociações salariais, pareceu algum tipo de provocação por parte da Reitoria. Acho isso muito complicado, temos que pensar na liberdade sindical, o SINTUSP tem o direito de ter sua sede. Não conheço os detalhes da questão da sede, mas é muito importante que se garanta ao Sindicato dos Trabalhadores da USP o espaço dentro da Universidade para que faça suas atividades sindicais." **Cons. Waldyr Antônio Jorge**: "Acredito que estamos vivendo um momento, em 2016, que não é exatamente atual, na verdade vem se arrastando há mais de uma dezena de anos, em que todos nós e também pessoas de fora, o próprio planeta e a humanidade, estamos vivendo um momento de crise, de tal forma que estamos importando problemas que às vezes poderíamos resolver internamente, mas não estamos conseguindo solucionar dentro dos nossos pares. Estamos hoje em uma situação que foi importada para dentro da Universidade, além dos problemas que já tínhamos. Não temos condições financeiras, não temos condições de discutir o 'economês' e não vou me atrever a falar do 'economês', como bem falou o Bruno, que deve ser, possivelmente, aluno de Economia - se não for é, ao menos, estudante de Economia -, mas quero dar um enfoque daquilo que penso ser muito importante, inclusive no que diz respeito à assistência social. Ouvi aqui algumas alunas e alguns colegas nossos de Conselho se preocuparem com a permanência estudantil. Se há um problema que vejo e tenho a vivência de acompanhar nos últimos quatro anos é essa questão. Posso dizer que a permanência estudantil é 'a menina dos olhos' da Reitoria. Se há um lugar em que mais está sendo investido, mais está se mantendo a qualidade de um investimento para os nossos alunos, é a permanência estudantil. Para se ter uma ideia, gastamos R$ 2,4 milhões por mês com permanência estudantil. Não é pouco. Poderia ser mais? Sim, poderia. Mas vivemos uma situação em que o repasse do ICMS não colabora, o país não está voando e trabalhando plenamente. Estamos com dificuldades. Mas quanto à permanência estudantil, as seis mil bolsas que a Universidade está ofertando

aos nossos acadêmicos estão mantidas. Toda a atenção que os alunos necessitam ter nos vários *campi,* a permanência estudantil está presente, respondendo positivamente. Poderia ser mais? Até poderia ser. Mas a todos aqueles que são qualificados na vulnerabilidade ou na fragilidade que eles se demonstram, a permanência estudantil está respondendo positivamente. Estamos diante de uma situação que é extremamente crítica no país e não vamos importar essa criticidade política e administrativa da nação para o nosso Conselho, embora não sejamos uma ilha de excelência isolada do resto do mundo que nos cerca. Estamos em um momento em que temos que procurar investir no tempo futuro, tentando, no mínimo, manter nosso momento presente. Agora, o tempo futuro nós é quem temos que fazer. Então, não há condições de trabalharmos com radicalizações. Particularmente, convivo muito com o contraditório, navego com o contraditório com muita tranquilidade, e penso que a maioria dos conselheiros também é assim, pois, do contrário, não estariam aqui, porque a maioria é diretor e, como diretor de uma instituição de ensino, sabe que tem que conviver com o contraditório, além de todos os demais representantes de outras categorias que estão aqui presentes. Agora, não há condições do contraditório se tornar ofensa, agressões, e tornar a convivência insustentável. Então, se 0% não satisfaz as nossas necessidades, pode não satisfazer a maioria dos que estão presentes aqui, mas 3% para quem está lá fora pode ser aquilo que se vai precisar realmente para dar o pulo a fim de tentar manter a perspectiva futura de haver novas negociações. Então, em respeito à mesa, ao Professor Fischmann, que fez uma belíssima apresentação do 'economês', o qual não conheço, acho que 3%, mesmo não sendo o aceitável, o razoável, aquilo que de fato queríamos, agora é o momento de aceitarmos, darmos um tempo e avançarmos nas negociações futuras, para as quais temos representantes, como o CRUESP, que deve ser prestigiado, porque foi o órgão instituído com essa leitura." **Cons. Ana Maria Loffredo**: "Serei breve porque minha fala segue a linha de vários colegas que já argumentaram na direção que vou argumentar agora, começando pelo professor da Faculdade de Educação. Pessoalmente, depois de ouvir a todos e, principalmente, todo esse 'economês' das tabelas, tão difícil de entender quando não se é da área técnica, mas para mim está muito claro que é uma oportunidade que esta atual gestão da Reitoria e o Conselho Universitário

estão tendo de criar, um fato político novo, do meu ponto de vista. Qual seria esse fato? Infelizmente, Reitor, o senhor é visto pela comunidade como alguém pouco vulnerável à escuta, embora em algumas circunstâncias isso não se configure como tal, e acho que seria uma oportunidade magnífica para a atual Reitoria (atual gestão) e para o Conselho Universitário entenderem que mais importante do que as questões financeiras, apesar de todos saberem como está a situação financeira no país, basta ir ao Pão de Açúcar comprar qualquer coisa, não precisamos perder tempo com isso, o que nos importa é que a Universidade de São Paulo possa ter um tom nesse momento, inclusive na sua pertinência ao CRUESP. Votaria na direção, não de vermos se vamos dar 3% ou 0%, porque do ponto de vista do movimento estudantil e dos docentes que estão discutindo essa situação, 3% é um pouco chover no molhado, é como se fosse zero. Se tivermos qualquer atitude no sentido do que estou insistindo em chamar o fato político onde a ênfase seria muito mais a negociação no diálogo nesse momento, prescindiríamos de votar 3% ou menos e tenderíamos a legitimar as negociações para ser empreendidas pelo CRUESP, na relação com o Fórum das Seis. Porque me parece que seria uma novidade não entrarmos nessa linha financeira propriamente dita e entramos no âmbito político, que é o que pode nos ajudar nesse momento. Então, o encaminhamento da minha proposta seria na linha de votarmos não no sentido quantitativo de 0% ou 3%, porque isso vai dar greve de qualquer forma. Sabemos que greve não é interessante para nenhum de nós e ela já está decretada pela assembleia da ADUSP de ontem. Seria interessantíssimo se disséssemos que nossa questão agora é que estamos a fim de ter diálogo, e o diálogo seria votarmos na linha de legitimar o CRUESP - que aliás não depende desse Co, não é fundamentada pelo Co, é uma instância superior a nós, ou pelo menos independente. Que pudéssemos, então, votar na linha de uma liberação das negociações no CRUESP, nosso Reitor estará lá nos representando. Com isso, creio que alimentamos o movimento em um sentido muito mais construtivo da Universidade desse momento, para isso encaminho minha proposta." **M. Reitor:** "Passaremos em instantes ao processo de votação, mas durante a discussão surgiram alguns pontos e acho conveniente esclarecer. Não me cabe orientar o Conselho Universitário, mas me cabe, de certa forma, deixar uma indicação daquilo que, na minha visão, é o necessário

para a Universidade nesse momento. O primeiro ponto é sobre o CRUESP, várias vezes citado aqui. Vou ler o Decreto de criação do CRUESP, para que fique muito claro a todos, primeiro, que o CRUESP não é um órgão deliberativo; segundo, não existe hierarquia entre CRUESP e Reitorias. Passo à leitura: 'Orestes Quércia. Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo ... Decreta: Artigo 1.º - O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo - CRUESP, do Gabinete do Governador, criado pelo Decreto n.º 24.951, de 04 de abril de 1986,' (havia sido criado no governo do Montoro) 'passa a ser regido pelo presente decreto. Artigo 2.º - O CRUESP é constituído pelos Reitores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" e pelos Secretários de Ciência e Tecnologia e da Educação. Artigo 3.º - São objetivos do CRUESP, resguardada a autonomia universitária e respeitadas as características específicas de cada Universidade: I - fortalecer a interação entre as Universidades; II - propor possíveis formas de ação conjunta; III - conjugar esforços com vistas ao desenvolvimento das Universidades; IV - assessorar o Governador em assuntos de ensino superior; V - analisar e propor soluções para as questões relacionadas com o ensino e pesquisa nas Universidades Estaduais. Artigo 4.º - A presidência, exercida em rodízio, caberá a um dos Reitores, eleito pelos membros do CRUESP, com mandato de um ano. Artigo 5.º - O CRUESP terá um Secretário indicado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. Artigo 6.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. ...' Portanto, ele é um órgão de integração, de proposta, assessoramento do Governador e com o tempo, entenderam os Reitores, que poderia servir como um instrumento para tentar dar isonomia ao tratamento salarial entre as Universidades. Jamais passou pela cabeça de quem criou ou pela cabeça de quem frequenta o CRUESP, que ele tivesse qualquer atividade no sentido de tomar decisões com relação a qualquer coisa que diga respeito às Universidades. Isto porque, entre os argumentos que ouvi aqui, havia um que dizia que devemos primeiro fixar o valor e depois levar isto ao CRUESP, isto é, o Reitor deveria impor um reajuste, como por exemplo, o reajuste de 12%, que deveríamos decidir aqui e levar ao CRUESP, impondo isto lá. Ora, com o objetivo de ser um órgão integrativo, o primeiro dado que tomamos,

quando falamos de reajuste salarial foi encontrarmos - e isso é sempre o mais difícil - um valor que seja compatível com a vida e a sobrevivência das três Universidades, caso contrário não precisa ter CRUESP. E não cabe nenhuma imposição, isto é, nós vamos até aquele valor que os três Reitores entendem que as três Universidades podem atender. Ninguém impõe um valor maior, mesmo que tenha condições de pagar. A questão de trazer ao Conselho Universitário todos conhecem, tivemos uma experiência amarga nos anos passados - muito amarga - onde as concessões de reajustes e outros benefícios foram concedidas sem que o Conselho Universitário estivesse plenamente consciente do que estava acontecendo. Alegam - muitos daqueles que frequentaram o Co nestes anos passados - que não tinham ideia de que a situação financeira da Universidade era grandemente desastrosa; e foi esse desastre amplificado pelas decisões financeiras tomadas. Eu resolvi tomar um outro caminho do qual não vou me afastar: todas as decisões financeiras significativas que impliquem gastos significantes para a USP serão tomadas neste Conselho, com a participação e responsabilidade de todos os conselheiros. No dia 26 de janeiro de 2018, quando eu deixar a Reitoria da USP, terei uma certeza: de que ninguém aqui poderá alegar que foram tomadas decisões pelo Reitor, sem que estivessem suficientemente informados; e, com relação aos grandes gastos da Universidade, que eu as tenha tomado autocraticamente. Todos aqui dividem as responsabilidades comigo em igualdade, porque meu voto vale exatamente igual ao dos senhores. E é assim que esta Universidade será gerida; ela tem uma estrutura hierarquisada e hoje o Conselho Universitário é seu órgão máximo, é aqui que se tomam e se consolidam as decisões da Universidade. As decisões devem ser discutidas em todos os níveis, mas as decisões são tomadas aqui e são estas decisões que valem. Eu levarei ao CRUESP, como resposta à proposta que nós fizermos, aquilo que aqui for decidido. Se decidirem que o aumento não vai ocorrer e será zero, é esta a resposta que levarei. Se decidirem que o aumento é de 3% aplicável imediatamente, é esta a resposta que levarei, não haverá outra. De forma que isto é o que diz respeito ao papel do CRUESP e o papel deste Conselho. O segundo ponto importante que surgiu repetidamente na discussão foi sobre quem é que paga. Temos uma crise no país, quem é que paga? Não serão os trabalhadores que vão pagar, serão os trabalhadores,

os empresários, serão todos. É assim a vida e sempre foi, isto não vai mudar neste país. Não se esqueçam, nós elegemos os nossos dirigentes, o nosso poder de voto é que define isto, depois, o que acontece é consequência disso. Então, temos uma crise? Sim e todos vão pagar. Podemos nos revoltar contra isto, é legítimo; podemos argumentar contra isto, é legítimo, mas é assim que a vida é. E aqui, quem é que vai pagar? É simples, é o orçamento da USP que vai pagar por tudo. Eu preciso retomar algo que já repeti numerosas vezes aqui: nós temos um único caixa; temos um único orçamento e tudo sai deste orçamento. Então, dizer que é chantagem quando eu digo que se der aumento vai ter que pensar em um outro gasto, não é chantagem, é a realidade da vida. Quem tem uma única carteira como eu, todo dinheiro sai dali: se você vai no cinema tira dinheiro dali, se você vai jantar e gasta muito dinheiro, é do mesmo bolso que saiu, é isso, temos um único orçamento. É desse orçamento que sai salário, pagamento da permanência estudantil, a contratação de novos docentes. Querem contratar novos docentes? Eu também quero, acho fundamental para a vida da Universidade. Quanto custa um docente novo? R$ 153 mil por ano. Façam as contas; não tem outra maneira de raciocinar, sai tudo do mesmo cofre, é desse mesmo cofre que sai dinheiro para pagar as creches, para pagar a assistência médica da região oeste de São Paulo, que cai aqui no Hospital Universitário, quando deveria estar sendo paga pela Secretaria da Saúde do Estado, pela Secretaria de Saúde do Município, mas quem paga somos nós, está no nosso orçamento. Está tudo no nosso orçamento. Então, não adianta fazer sofismas, quem paga o orçamento da USP. Se vamos comprometer recursos adicionais da ordem de R$ 80 milhões para este ano, para darmos um reajuste de 3%, sabemos que isto vai onerar o mesmo orçamento que garantirá o pagamento do décimo terceiro, da assistência e permanência estudantil e assim por diante. Entendido isto, devemos ir para a lógica e a política daquilo que estamos decidindo agora: se damos um reajuste de 3% para os salários que as três Universidades Paulista entendem que estão em condições, mesmo com sacrifício, de apoiar, ou se os dados apresentados pela COP são suficientemente graves e nos ameaçam tanto, que nem isto nós queremos fazer. Como disse, eu entendo que é lógico, razoável, esperado e mais do que justo que se faça a correção de salários; se possível, com a inflação plena, não há nenhuma dúvida quanto a isto. Nós

podemos fazer isto? Esta é que é a pergunta. Não, não podemos fazer correção plena. Podemos fazer esta correção de 3%? Eu não preciso dizer aqui a minha posição, porque já disse no CRUESP que eu acredito que até 3% eu consigo administrar dentro da Universidade de São Paulo em um futuro próximo, ou seja, minha posição foi de dizer: 'a Universidade de São Paulo poderá se comprometer até 3%'. E ao tomar esta decisão - que para alguns pode parecer um pouco audaciosa - levei em conta que temos que atender, de alguma forma ao menos e, de uma forma até simbólica, dizer a todos os nossos docentes e servidores: 'nós entendemos que vocês são figuras importantes na vida da Universidade; agora não dá para fazer mais.' Quando eu era pequeno - e minha família nunca teve dinheiro de sobra - e eu pedia dez cruzeiros, meu pai falava 'eu posso te dar dois, dez não tem jeito de dar'. E eu sabia que ele estava dando o máximo, acabou. Era aquilo. Acho que é assim que temos que encarar a situação neste momento. No entanto, cada um votará de acordo com a sua sensação e com a sua consciência, obviamente. Não quero convidar ninguém a violar o seu pensamento com relação àquilo que deve ser feito. Não quero parecer que estou tomando uma medida de convidá-los a desrespeitar a lógica, o bom-senso que está escrito no parecer da COP e dizer 'vamos para uma aventura, todos têm que me acompanhar numa aventura'. Minha sensação é de que 3% não é uma aventura, ela acrescenta R$ 80 milhões nos gastos da Universidade. Isto é muito ou é pouco? Depende, para minha vida pessoal é um absurdo; nos gastos da Universidade, representa um pequeno aumento, mas o que é mais importante é que com 3% ou com zero por cento, é inevitável que na próxima reunião do Conselho Universitário vamos rediscutir o orçamento, fazer uma revisão. Ela estava prevista e agora se tornou indispensável, uma vez que sem considerar qualquer outro fator, já perdemos R$ 290 milhões da receita prevista. E novamente convido os conselheiros a pensar, porque a decisão será aqui, de todos. Teremos que olhar para duas frentes: primeiro, vamos ter que rever nossas despesas, pois não temos como aumentar a arrecadação de ICMS; argumentar com o Governo faz parte da tradição do CRUESP, todo ano, há 11 anos nós fazemos isto. Agora, tirar dinheiro na marra do Governo não tem jeito. Portanto, o que vamos receber de ICMS é aquilo que está previsto. Que temos de argumentar, que oficiar, que ir na Assembleia Legislativa pedir que se

amplie, perfeitamente. Isto vai acontecer? Tomara, mas sabemos que não vai. Então, teremos que cortar despesas. E estas despesas - não se iludam - não é cortando cafezinho que vamos resolver a questão. Já fizemos um corte expressivo nas despesas, principalmente nos gastos de consumo, contratos, etc, estamos no limite, isto é, teremos que olhar para a vida da Universidade e, no meu ponto de vista, falarmos: 'as atividades fim da Universidade são estas, então essas têm que ser preservadas'. Quais são as atividades fim? Estão descritas no Decreto de 25 de janeiro de 1934, que criou a Universidade de São Paulo. Leiam, de vez em quando é bom ler aquilo para não se esquecer para que existe a Universidade. Existe para aquilo e é aquilo que temos que atender, está escrito lá. Ao mesmo tempo, não tenho nenhuma dúvida de que está suficientemente madura a ideia de que será necessário rever o modelo de financiamento das Universidades. Não é possível imaginar que continuaremos, nos próximos 10, 15, 20 anos com esta dependência absoluta dos recursos que nos repassam o Governo do Estado - e, às vezes, a outra fonte pode até ser o governo, dependendo da situação. Um dos representantes dos estudantes falou aqui que a permanência poderia se beneficiar, por exemplo, de recursos vindos das Fundações. Sim, acredito que sim e acho que temos que tratar desta questão aqui, com toda clareza e tranquilidade. Mas o próprio Governo do Estado, obviamente, poderia financiar a permanência estudantil, independentemente dos recursos que vêm para a Universidade, porque é uma responsabilidade dele, é uma responsabilidade social. A Universidade não vai se retirar disso neste momento, pelo contrário, todos são testemunhas de que este é o único tópico que eu não deixei reduzir no orçamento da Universidade. Mas se formos bem sucedidos - e esta é a outra luta que faremos - para aumentar a inclusão social na Universidade, certamente os nossos gastos com permanência deverão aumentar, e não sei até que ponto conseguiremos satisfazer a essas necessidades. Mas, aí sim, vejo com muita clareza oportunidade, tanto para entidades das mais variadas, como também do Governo do Estado, para sustentar a permanência estudantil. Esta é a minha visão, independentemente da solução que tomarmos agora, nós teremos, em 28 de junho, a revisão orçamentária, que terá que ser feita com muita paciência e coragem, porque já temos R$ 290 milhões de déficit aumentado em relação ao que discutimos, se aprovarmos hoje, será mais R$ 80 milhões, passaremos

de R$ 290 milhões para R$ 370 milhões. Mas não é só este déficit que temos, temos outros a considerar. Portanto, eu votarei 'não', porque colocaremos em votação o parecer da COP, que recomenda que não se dê o aumento de 3%. Portanto, aqueles que votarem contrários ao parecer da COP, estarão apoiando uma proposta de reajuste salarial de 3%." **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Gostaria de fazer uma tripla moção de encaminhamento. A primeira é que o Conselho possa votar no que propuseram alguns conselheiros, entre eles eu, que é liberar o Reitor para negociar, ou seja, não fixar aqui o percentual. Foi o que eu e alguns outros conselheiros dissemos e, como informou um dos conselheiros, é o que acaba de ser aprovado pelo Conselho Universitário da UNESP, por 45 votos contra 25 - liberar o Reitor para negociar. Que isso seja posto em votação e que o Conselho possa se posicionar. Se o Conselho não se posicionar desta forma ou se o Reitor não der esta oportunidade ao Conselho, gostaria de propor o seguinte: se a gente vota sim ou não ao parecer da COP, no caso de vencer o não, como o parecer da COP propõe não oferecer nenhum reajuste, vencendo o não a este parecer, isso não é igual a 3%, isso é só diferente de zero. Restaria saber, então, quanto. E então proponho que se coloque em votação, tanto a proposta do CRUESP quanto a proposta reivindicada pelo Fórum das Seis, de 12,34%. Como eu solicitei que seria tripla moção, queria dizer que se nenhuma das minhas moções forem acatadas e forem ignoradas - como costuma ser - quero já adiantar que não podendo me manifestar pelos 12,34%, já declaro que é este o conteúdo da abstenção que farei e proporei a todos que quiserem apoiar os 12,34%. Não podendo fazê-lo expressamente, fazer desta forma." **M. Reitor:** “As três propostas estão denegadas. Mas posso explicar. Em primeiro lugar, não farei qualquer negociação sem um índice definido por este Conselho, particularmente, propostas que vão além de 3%, uma vez que já encontrei dentro da Universidade, com os 3%, uma resistência à aceitação em seus órgãos representativos. Não podemos nos esquecer que embora falemos de uma comissão técnica, na verdade, a COP é constituída por seis professores escolhidos por este Conselho e que são membros deste Conselho. Para um grande número de questões relativas ao orçamento e sua execução, esta Comissão de seis professores toma decisões que são definitivas, e o Reitor publica em forma de Resoluções. De tal maneira que este simples indicativo de

um voto contrário a um aumento de 3%, impede o Reitor, de saída, de sequer conversar a respeito de outros valores acima de 3%. O segundo aspecto é que sempre é votado aqui o parecer da Comissão e, neste caso, o parecer é contrário. Se o parecer contrário for rejeitado, vale o que está no ofício encaminhado pelo Chefe de Gabinete à Secretaria Geral, para encaminhamento ao Conselho Universitário. 'De ordem do Magnífico Reitor, solicito que a Comissão de Orçamento e Patrimônio analise a proposta de reajuste salarial de 3% a partir de 1º de maio do corrente ano.' Para mim, é lícito entender que aqueles que rejeitarem o parecer da COP - que sugere não dar reajuste - são pessoas que acham que tem que dar algum reajuste. E o limite deste reajuste possível, diante das negociações que já foram feitas, é 3%. Portanto, quem entender que não deve haver reajuste nem de 3%, deve votar sim. Os que acharem que pode dar um reajuste de 3%, votarão não. Aqueles que se abstiverem, não estão de acordo com nada e esperam que um dia o mundo mude. O que é legítimo, é uma posição perfeitamente razoável." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 17 (dezessete) votos; Não = 66 (sessenta e seis) votos; Abstenções = 16 (dezesseis); Total de votantes = 99 (noventa e nove). O parecer da COP é rejeitado, ficando aprovada a proposta encaminhada, de 3% de reajuste salarial. **M. Reitor:** "Agradeço a todos, foi uma sessão muito produtiva e interessante. Muitos assuntos de interesse foram levantados. Está encerrada a sessão." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 16h50. Do que, para constar, eu, Ignacio Poveda, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 24 de maio de 2016.